



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

PSICOLOGIA NO CAMPO JUDICIAL: APRENSÕES ACERCA DO ESTADO DO CONHECIMENTO

ARANA, Daniela Jennifer Sumiri¹; BITTENCOURT, Heloísa¹; PIVETTA, Negir¹; RODRIGUES, Tainara²; MARTINELLI, Maxemino Luiz³.

1. Discentes do Curso de Psicologia, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); 2. Discentes do Curso de Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). 3. Docente do Curso de Psicologia, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Área: Ciências da Vida e Saúde

Introdução: Constituída pela inter-relação entre Direito e Psicologia, compreender o fazer do psicólogo no campo jurídico é implicar não apenas sobre a atuação prática judicial – eminentemente formalista/técnico/normativista –, mas sobretudo sua importância na perspectiva do desenvolvimento humano, um olhar sistêmico de compreender o indivíduo. Atrelada à Psiquiatria em um primeiro momento, a Psicologia Jurídica amplia seu olhar teórico e prático para além da compreensão que se tinha no século XIX – amenizar os conflitos e os comportamentos desordeiros no meio social através do controle/punição –, acerca da compreensão e das tratativas de questões sociais dadas como anormais. Com um recorte epistemológico na interface da Psicologia e do Direito, seja na esfera criminal, cível, trabalhista, administrativo entre outras, a Psicologia e o Direito buscam compreender as relações intersubjetivas que ocorrem no meio social, o Direito enquanto um “regulamentador” objetivo – método dedutivo –, e a Psicologia enquanto uma objetividade subjetivada, ou seja, a compreensão dos aspectos intersubjetivos do comportamento social inerentes ao indivíduo em sua construção subjetiva – método empírico-descritivo. Assim, a Psicologia Jurídica, comprometida com o desenvolvimento integral do indivíduo, se ocupa do estudo do comportamento juridicamente acentuado de pessoas e grupos em um ambiente regulado pelo Direito, em que se observa três dimensões; psicologia do direito (busca explicar o fenômeno jurídico); psicologia no direito (procura compreender a integração das condutas humanas com base nas normas jurídicas); e a psicologia para o direito (responsável por avaliar pessoas que sofreram abusos ou cometeram algum delito), esta última que também trata do termo psicologia forense em sua especificidade enquanto prática clínica – sua atuação para a fora do contexto do fórum tendo um papel fundamental no sistema legal. **Objetivo:** Analisar de que forma os estudos tem tratado a temática da inserção da psicologia no campo judicial. **Método:** Este estudo caracteriza-se como de abordagem qualitativa e, buscará através da revisão da literatura, realizada na plataforma da SCIELO no período de 2012 a 2022. Tendo como critérios de exclusão estudos repetidos; língua estrangeira; e estudos que não



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

constem a temática pesquisada no resumo, será realizada uma sistematização dos estudos, descrição e análise do conteúdo na perspectiva de Bardin. **Resultados:** Visto que este resumo é um recorte de um estudo ainda em andamento, temos por compreensão, que será possível, através deste, uma leitura ampliada de como os estudos estão contribuindo e dando sustentação à temática, haja vista sua implicação no campo acadêmico/científico/social, importantes para as discussões nos diferentes contextos que envolvem a psicologia e sua implicação no desenvolvimento integral do ser humano e suas relações no âmbito judicial, buscando integrar uma nova perspectiva de análise. **Conclusão:** Compreendida a problemática, em relação a inserção da Psicologia no campo judicial, este estudo irá permitir uma aproximação dos pesquisadores com as diferentes faces que se apresentam no contexto da temática, permitindo a percepção das nuances que se constroem frente aos avanços da Psicologia no campo judicial, bem como as fragilidades, ambas produtoras de resultados eficazes para uma condição de mudanças no processo de consolidação da prática profissional no campo.

Palavras-chave: Psicologia Forense; Psicologia Judiciária; Psicologia Jurídica.

Contato: Heloísa Bittencourt. helobolivio@gmail.com